

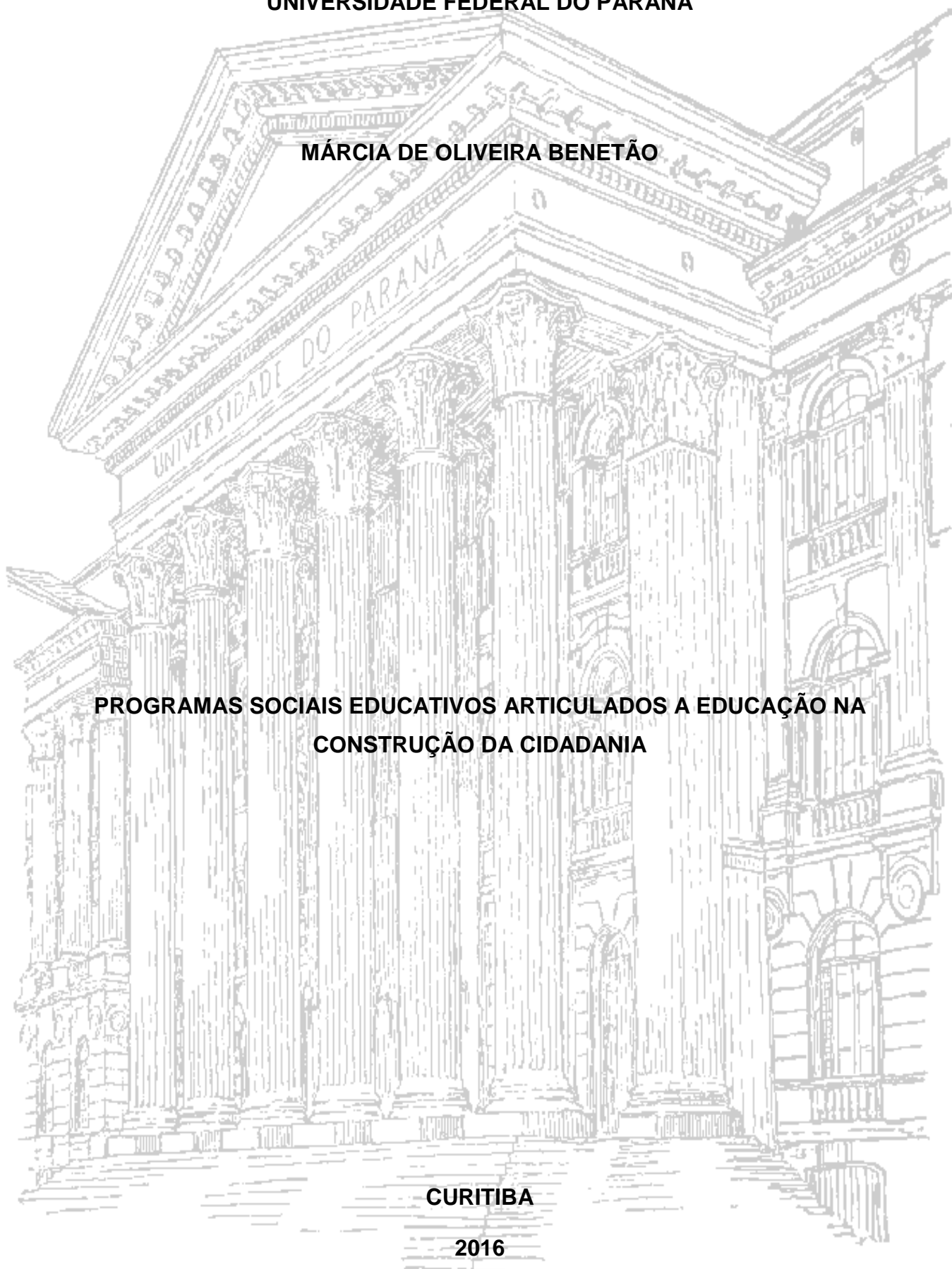
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIA DE OLIVEIRA BENETÃO

**PROGRAMAS SOCIAIS EDUCATIVOS ARTICULADOS A EDUCAÇÃO NA
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

CURITIBA

2016



MÁRCIA DE OLIVEIRA BENETÃO

**PROGRAMAS SOCIAIS EDUCATIVOS ARTICULADOS A EDUCAÇÃO
NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Márcia Duarte

CURITIBA

2016

Programas Sociais Educativos Articulados a Educação na Construção da Cidadania

Márcia de Oliveira Benetão

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o papel do Programa de Educação Cooperativa A União Faz a Vida, implantado na Rede Escolar do Município de Jussara voltado para os alunos das instituições municipais de ensino, sob a perspectiva de construção da cidadania, este estudo também levou em consideração os beneficiários do Programa Bolsa Família, visto que parte dos alunos que participam desse Programa educação são beneficiários do Programa Bolsa Família, diante do quadro de vulnerabilidade que estes alunos apresentam. O trabalho foi produzido a partir de pesquisa de caráter bibliográfico sendo o processo metodológico caracterizado pela pesquisa qualitativa, embasado na contribuição de diversos autores e publicações que abordam o tema. A pesquisa busca investigar o papel do Programa A União Faz a Vida como aporte, na construção da cidadania, nas aprendizagens sociais e escolares assim como nos processos formativos do conhecimento dos alunos da rede, visto que o Programa tem na sua essência desenvolver cidadãos cooperativos por meio de valores como o empreendedorismo e a solidariedade, considerando o coletivo em que os beneficiários do Programa Bolsa Família estão inseridos, sob o prisma do compromisso social de todo os envolvidos no processo educacional em favor da formação socializadora, humanizadora e emancipadora do aluno, com um breve olhar para as condicionalidades do Programa que se configura como agente colaborador na inclusão e permanência de crianças nas escolas. Como resultado alcançou-se algumas considerações acerca das possibilidades do Programa A União Faz a Vida contribuir com Programas maiores como o Programa Bolsa Família em termos de formação da cidadania numa perspectiva coletiva, pois o PBF tem indicativos de políticas focalizadas nos beneficiários, no entanto, questões de entorno, que são decisivas para a inclusão e autonomia desses sujeitos no tecido social, ficam prejudicadas, pois, o PBF não atinge a comunidade não beneficiária, que se mantêm resistentes e excludentes, estigmatizado os beneficiários.

Palavras-chave: Projetos Sociais, Educação, Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza se configura um dos maiores problemas a ser enfrentado em nossa sociedade, fator resultante do nosso processo histórico de constituição do modelo social implementado desde nossa colonização (ADORNO, 2002) desigualdades econômicas estas, reforçadas pela globalização¹, processo esse deflagrado pelas grandes navegações européias dos séculos XV e XVI, decorrente de objetivos econômicos, onde uma doutrina mercantilista de interferência preconizava a interferência governamental na economia, a generalização de monopólios comerciais, o acúmulo de riquezas, e um primitivo, porém incipiente relacionamento que conjuga economia e estado (VILAS, 1999).

Para o enfrentamento desta condição o Brasil vem expandindo de forma considerável as políticas públicas de transferência direta de renda² suplementadas nas políticas de proteção social e combate à pobreza.

Também vem complementando ou substituindo outros Programas de intervenção, por meio da unificação de Programas ligados aos setores de assistência social, educação e saúde para a população pobre, ou ainda, recebendo aporte de Programas autônomos da iniciativa privada ou ONG - Organização Não-Governamental cujas características corroboram e otimizam a consecução desses objetivos, como por exemplo, o Programa A União Faz a Vida em desenvolvimento no município de Jussara.

Investir em Programas de transferência de renda universal torna-se uma medida importante e necessária, em face da instabilidade econômica, informalidade e globalização. Esta medida pode favorecer a criação de vagas de trabalho possibilitando aos indivíduos escolher o emprego mais apropriado. Estes benefícios também auxiliam as mulheres na medida em que reconhece o trabalho não remunerado que elas exercem no cuidado com os filhos e outros Familiares. Standing (2007 apud COBO, 2012).

¹ MAGNOLI, Demétrio. Globalização, Estado Nacional e Espaço Mundial. São Paulo, Moderna, 1997

² Programas de transferência de renda são sistemas de proteção e assistência social que envolvem repasse de recursos monetários a famílias, indivíduos ou comunidades de recursos escassos, na forma de transferências governamentais (CECCHINI et al., 2009).

Neste cenário, entende-se que a complementação de renda viabilizada pelas políticas públicas sociais conduz à cidadania substantiva ao reconhecer a dívida social para com os cidadãos mais pobres, garantindo o atendimento de necessidades básicas, sem as quais qualquer direito à cidadania não poderia ser consolidado, no entanto, para que as políticas públicas possam lograr êxito, é necessária a participação de todos os atores sociais, ainda que minimamente, para VIEIRA (2004), a responsabilidade social diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos para com a sociedade em geral.

Essa participação de todos significa o compromisso coletivo com a inserção cidadã de todos os indivíduos do grupo social independente da condição econômica. No entanto, o que se percebe é a segregação dos grupos menos favorecidos ainda que os Programas de distribuição de renda alcancem seus objetivos em termos de aumento da renda das famílias, acesso aos direitos sociais básicos, autonomia dos sujeitos sociais, o Programa não contempla as desigualdades do ponto de vista das relações sociais em todos os âmbitos da sociedade.

Reconhecendo esta realidade, pode-se verificar tal ocorrência com mais nitidez em uma das organizações mais importantes da sociedade: a escola, ambiente onde os sujeitos são segregados, estigmatizados como resultado do preconceito coletivo em relação aos menos favorecidos.

A escola não considera a diversidade cultural do seu ambiente, simplesmente focaliza sua metodologia nas necessidades do grupo dominante, que tende a impor seus valores como únicos, assim, um espaço que deveria promover a equidade, torna-se um local de exclusão, refletindo em outros espaços sociais.

Uma criança que não consegue alcançar determinadas expectativas, se descobre num contexto de angústia e deterioração de sua identidade, e muitos acabam assimilando sentimentos de inferioridade, não obtêm o reconhecimento do coletivo e acabam por abandonar seus estudos e deixar a escola.

Ellias (2000) auxilia para a compreensão de situações semelhantes, em seus estudos na sua obra “Estabelecidos e Outsiders”, quando revela a construção do estigma e dos preconceitos impostos pelos grupos estabelecidos e impactados pelos outsiders.

Para Elias (2000), o estudo das relações de poder representa parte essencial para se compreender a sociodinâmica do estigma social, pois, conforme explica, para se manter no poder um grupo se vale de diversos meios, por exemplo, a dinâmica dos “estabelecidos” impondo aos demais a ideia de sua supremacia humana em comparação com a inferioridade atribuída ao outro grupo, e assim, criar prerrogativas de ordem econômica ou social.

Disso resultam que essa relação de poder desestrutura a auto-imagem do grupo mais fraco “os outsiders”, que acaba por internalizar uma suposta inferioridade imputada por gerações.³

Na pista desses argumentos, a escola como promotora de direitos, necessita superar seu papel de espaço específico de desenvolvimento e aprendizagem, Para isso, pode apresentar um processo muito maior de formação, onde são encontrados muito mais do que testes escolares, regras, eventos, conteúdos culturais e atividades.

Assim o presente artigo se propõe a analisar o papel do Programa educativo A União Faz a Vida, implantado em parceria com a rede privada na Rede Municipal de Ensino do Município de Jussara, cuja proposta é construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional.

Justificou-se desenvolver essa análise em razão da implicância social que Programas dessa natureza assumem ao se apresentar como veículos de transformação, envolvendo práxis educacionais voltadas para a cooperação, solidariedade, direitos e deveres de cidadania através de experiências educativas sociais e variadas.

³ A internalização de baixa auto-imagem pode levar a vários danos psicológicos. Elias argumenta que um indivíduo pode apresentar déficits de ordem cognitivas e emocionais quando cresce em meio a grupos outsiders. Tais déficits contribuem para o surgimento de uma segregação

2. UM POUCO DA FORMAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA PROMOÇÃO DA DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL:

O país ao longo de sua história tem convivido com uma acentuada proporção de sua população na condição de pobreza, esse fenômeno marca a história de vida de milhares de brasileiros, faz parte do cotidiano cultural econômica e social de nosso país, atinge um número significativo de pessoas nas mais diversas e variadas cidades brasileiras.

Essa condição de pobreza ou extrema pobreza resultam de complexas transformações ocorridas na economia e política nacional, de acordo com REIS (1997), no Brasil as desigualdades têm origem histórica, remonta do período colonial, de uma agricultura composta por grandes propriedades dedicadas à monocultura de exportação, resultado de um modelo econômico de crescimento concentrador.

Desse contorno desenhado pelo autor, sobrevém a desigualdade na distribuição de renda impactando diretamente a situação econômica, social e cultural da população, afetando severamente o ganho das famílias e suas condições de sobrevivência.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista assim como a consolidação do modelo de produção sobre a exploração da força de trabalho, o capital foi se concentrando nas mãos de poucos, esse quadro econômico suprimiu de muitos o acesso ou usufruto da riqueza socialmente produzida.

Diante desse paradigma, bem como do crescimento da pobreza, o fenômeno passou a ser investigado por estudiosos, objetivando maiores compreensões desse fenômeno socioeconômico persistente na história da humanidade bem como nas mais diversas economias, algumas concepções relacionam pobreza à subsistência biológica, CODES (2008) aponta que as primeiras teorias definiam a pobreza com base no critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo.

Já Silva, argumenta que a pobreza se apresenta sob dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica e pobreza relativa que diz respeito à estrutura e à evolução do

rendimento médio de um determinado país. “O que significa dizer, que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na idéia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”. (SILVA, 2009, p.157)

Rocha preconiza que o fenômeno é bem mais complexo, compreendida num contexto social, histórico e cultural, a pobreza se constitui numa gama de significados o que dificultam sua definição sendo que alguns autores a classificam como sendo um fenômeno de múltiplas dimensões.

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive. (ROCHA, 2003, pg. 9-10)

As referências sobre o do tema, de modo geral, caracterizam o fenômeno como multidimensional, abrangendo aspectos objetivos e subjetivos, assim a pobreza deve ser tratada não só como insuficiência de renda, falta de recursos necessários a subsistência, mas também como desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, restrição ao acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e renda digna, participação social e política, direitos legalmente constituídos que asseguram à condição de cidadania.

Diante desse contexto entende-se que a pobreza não se limita a falta de recursos monetários, manifestam-se também quando não há a concretização dos direitos sociais e fundamentais à existência, não ter meios para uma vida digna, não ter autonomia, não ter participação social, observa-se, portanto que a efetivação dos direitos fundamentais se traduz como uma condição para a realização da cidadania, bem como referencial para a democracia plena, dando legitimidade à atividade pública quando assegurados positivamente os direitos dos indivíduos, assim a

cidadania democrática pressupõe a igualdade nas garantias de atuação e atendimento aos cidadãos tendo por baliza a igualdade de todos diante da lei.

A cidadania, [...], se apóia na igualdade fundamental das pessoas, decorrente da integração, da participação plenamente do indivíduo em todas as instâncias da sociedade; desenvolvendo-se como instituição, a cidadania coloca em xeque as desigualdades do sistema de classes. (FERREIRA, 1993, p.74).

A igualdade da participação política e a igualdade de condições socioeconômicas básicas, concretização dos valores éticos, entendendo que toda e qualquer ação que busque uma conscientização democrática do sujeito tenha que estar ajustado com os direitos humanos e com as novas ideias de participação popular.

No contexto nacional a pobreza e suas representações perpassa a realidade sócio-histórica brasileira, recentemente reconhecida como questão social, antes a pobreza era remediada através de ações filantrópicas e da caridade, posteriormente a elaboração de políticas sociais era submetida às necessidades da política econômica, assim como a serviço dos interesses das elites e do processo de produção capitalista.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 definiu e consolidou os direitos civis, políticos, sociais e os chamados direitos difusos, assim nas últimas décadas o combate a pobreza vêm sendo caracterizada pela formulação e implementação de políticas sociais com a finalidade de promover o bem-estar, resguardando direitos dos cidadãos de forma a aumentar a qualidade ou melhorar as condições de vida.

Sobre o entendimento do que sejam as políticas sociais, Santos nos auxilia: “[...] Política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas.” SANTOS (1989, p. 37).

A pobreza, sob a perspectiva de problema social, e que necessita de intervenção tanto pela sociedade como em particular pelo estado, ganha espaço

como tema de debates entre os governos e ações voltadas especificamente para a redução das desigualdades sociais passaram a ser implementadas (COHN, 2004).

A partir de tais discussões, se apresentam questões sobre como e de que forma serão executadas manobras de intervenções, para reduzir de maneira mais rápida e eficaz a pobreza, visto que pobreza se apresenta de diversas formas e combatê-la implica executar ações com visão de curto, médio e longo prazo para que ela deixe de ser ligada à estrutura da sociedade e pare de se reproduzir a cada geração.

Assim criam-se os Programas de transferência de renda, uma alternativa para combate a pobreza, concebidos sob a idéia de autonomia para que o beneficiário defina a melhor forma de utilizar o benefício, já que este compreende quais suas necessidades são mais urgentes. Os Programas de Transferência de Renda são considerados eixo principal no atual Sistema Brasileiro de Proteção Social:

Transferência de renda é entendida enquanto uma transferência monetária direta efetuada a indivíduos ou a famílias. O pressuposto central é de que articular uma transferência de renda com políticas e Programas estruturantes, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, direcionadas as famílias pobres, pode interromper o ciclo vicioso da pobreza do presente e a sua reprodução no futuro. Portanto, uma articulação entre uma transferência monetária com políticas e Programas estruturantes, direcionados as famílias pobres, pode possibilitar a construção de uma política de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social (SILVA, 2007, 1429)

A Constituição de 1988 trouxe consigo, portanto, uma nova dinâmica de articulação entre Estado e sociedade, a chamada descentralização da administração pública, posteriormente confirmada pelas legislações específicas de cada área, passam também a serem os principais responsáveis pela provisão de serviços públicos, a autoridade política de governadores e prefeitos foi ampliada de forma significativa tanto em relação aos recursos federais, mediante a redistribuição tributária, como no exercício de políticas públicas e autonomia administrativa, hoje a gestão pública expõe uma natureza difusa, agregando princípios da democracia representativa e democracia participativa, reconhecendo assim a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas por meio de

mecanismos institucionalizados como conselhos municipais, orçamento participativo, ouvidorias, audiências públicas, congressos das cidades, entre outros. Raichellis pontua:

Dentro deste contexto, o processo de descentralização apontava para uma nova forma de planejamento e gestão. Instituiu uma hierarquia verticalizada, através da articulação das secretarias, conselhos, planos e fundos, imprimindo uma nova lógica que partia de baixo para cima, ou seja, dos municípios para os estados, destes para a União. Ao mesmo tempo em que permite uma articulação horizontal através da relação usuários, trabalhadores e prestadores de serviços (RAICHELLIS, 1998, 121).

Assim a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação, torna-se de suma importância para a implementação eficiente de qualquer tipo de política pública, pois é justamente ela que apresentará quais serão as prioridades a serem alcançadas para evolução dos direitos e diminuição das desigualdades.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: O PBF

Políticas públicas revelam em sua composição uma complexidade histórica, que surgem de um estreito relacionamento com as características específicas de cada realidade cultural e social em que elas ocorrem, de acordo com Souza, “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. (Souza, 2003, p. 12)

Porém, a mesma autora, aponta um aspecto comum e fundamental dentre as definições. “No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”. (Souza, 2003, p. 13)

A trajetória social, política e econômica, de cada país ou nação traçam o momento em que e quais as políticas públicas devem ser desenvolvidas como

estratégia de governabilidade, expondo assim nuances específicas dos contextos históricos de cada país.

No entanto a característica mais comum nas políticas públicas seja qual for o país em que são elaboradas, é que elas provêm de conflitos, de contradições sociais e políticos, que se avultam, compelindo governos a mudar estratégias vigentes a fim de garantir a governabilidade.

Portanto para que as políticas públicas possam ser implantadas e consolidadas há a necessidade de que o Poder Executivo, encarregado da promoção e elaboração das chamadas políticas públicas sociais, promovam meios, tracem estratégias que impliquem em garantir a efetividade dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, entre outros. Conforme Appio:

As políticas públicas podem ser conceituadas como instrumentos de execução de Programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos. (APPIO, 2005, p.143-144).

No Brasil a implantação e operacionalização de políticas públicas apresentam suas próprias especificidades, ao longo dos anos as políticas públicas eram pensadas desconsiderando as questões sócias, posteriormente passaram a desempenhar um papel regulador, interferindo de modo direto em questões de natureza econômica, política e social da sociedade como forma de manter sua legitimidade. Appio esclarece:

As políticas públicas no Brasil se desenvolvem, portanto, em duas frentes, quais sejam, políticas públicas de natureza social e de natureza econômica, ambas com um sentido complementar e uma finalidade comum, qual seja, de impulsionar o desenvolvimento da Nação, através da melhoria das condições gerais de vida de todos os cidadãos. (APPIO, 2004, p.218)

Existem diferentes tipos de políticas públicas, é importante destacar que estas compõem um campo amplo e variado, sendo de diferentes naturezas, assumindo quatro formatos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Lowi (apud SOUZA, (2006)).

Entre as políticas públicas sociais são nas redistributivas, que estão incluídos os Programas sociais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. Trata-se de um Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias que vivem em condição de pobreza e pobreza extrema em todo o Brasil, faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, e além da garantia de renda, promove a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos. (POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA, 2013).

Pauta-se em três eixos principais: a promoção do alívio imediato da pobreza através da renda; as condicionalidades reforçam o acesso à educação, a saúde, a proteção social bem como a ações complementares que visam superar a situação de vulnerabilidade dos beneficiários. (POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA, 2013).

O estabelecimento de condicionalidades para o recebimento do benefício se configura como principal estratégia de garantia de acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, o cumprimento das condicionalidades tem, como principal objetivo, contribuir para a ruptura do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, assim espera-se criar uma aliança nacional de direitos e deveres do qual a população vulnerável do país seja favorecida.

Um elemento estruturante do Programa Bolsa Família são as condicionalidades que devem ser cumpridas pelo núcleo Familiar para que possa receber o benefício mensal. Segundo os idealizadores do Programa, essas condicionalidades representam contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e conseqüente inclusão social sustentável (SILVA, 200, p. 1433).

Assim para os idealizadores as condicionalidades é que garantirão o sucesso no que se refere a inclusão social, a redução dos níveis de pobreza, ao rompimento do ciclo de gerações condenadas à exclusão sócio-econômica.

Dentre as condicionalidades a educação destaca-se, visto que a independência financeira das famílias beneficiárias não se processa apenas com a transferência de recursos financeiros, assim a educação se apresenta como importante instrumento no processo de emancipação dos indivíduos.

No PBF, a escolarização é vista como o exercício de um direito e elemento importante para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. O acompanhamento à frequência escolar do público do PBF ocorre por meio de registros escolares e lançamento de informações em sistema próprio do PBF. Pires pondera:

[...] as condicionalidades da educação, presentes no PBF, podem ser questionadas se as considerarmos exclusivamente como formas de superação da chamada transmissão da pobreza intergeracional. No entanto, como política social mais ampla, os vínculos sociais instaurados pelos ciclos de troca e reciprocidade entre as famílias e o Estado trazem efeitos positivos, sobretudo em termos de ganhos políticos e no senso de pertencimento social por parte das beneficiárias. (PIRES, 2013, P. 515).

4. A CIDADANIA ATIVA: NEM SÓ DE BOLSA VIVE UM CIDADÃO É PRECISO INTERAÇÃO.

Conforme se percebeu o grande objetivo do PBF consiste em uma política pública de amplo espectro que traz novas concepções da gestão pública moderna que entende que a ação do estado no enfrentamento das grandes causas sociais não pode atuar de maneira isolada.

Para isso estruturalmente, reúne as áreas de maior relevância para a construção da cidadania dos sujeitos, sobretudo, daqueles que se encontra em condições de maior vulnerabilidade. Por essa razão concebe como questão estruturante para a efetivação do Programa, a intersetorialidade. O conceito de intersetorialidade previsto no PBF implica em:

[...] um modelo de gestão de políticas públicas que se baseia basicamente na contratualização de relações entre diferentes setores, onde responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência (SANTOS, 2011, p. 26).

Significa dizer que estas três áreas precisam dialogar seus subprogramas e projetos, necessitam desenvolver parcerias para que cada setor das políticas públicas, na especificidade de suas áreas, promova atividades que possam em seu conjunto dar condições para que o sujeito se construa como cidadão autônomo convivendo a rede social. Assim, intersetorialidade, de acordo com Junqueira:

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. (JUNQUEIRA, 2004, p. 27)

É nesta perspectiva que se encontra ancorada a educação cuja instituição responsável por fiscalizar uma das condicionalidades de participação no PBF que se constitui na manutenção das crianças das famílias beneficiárias no processo de ensino na educação Básica.

Conforme se percebeu, o Programa entendeu que sob essas condições, no médio prazo as crianças e jovens consolidariam seu processo de construção da cidadania. Isso porque, como bem explica SHWARTZMAN (2004), a educação constitui-se fator preponderante para tentar minimizar os impactos causados pela discriminação e privação de recursos na sociedade brasileira.

E pelo processo de ensino e aprendizagem e pelas interações sociais próprias do espaço escolar, com base em uma educação de qualidade que se possibilita a todos os sujeitos da escola o acesso aos bens culturais socialmente produzidos.

Segundo FRIGOTTO (1999), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desqualificação, articulam determinados interesses e desarticulam outros. Nessa contradição existente no seu interior, está a possibilidade da mudança, haja vista as lutas que aí são travadas. Portanto, pensar a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõem.

O ambiente escolar deixa de ser o lugar privilegiado, sacralizado de acesso à informação e ao conhecimento e passa a ser um espaço onde o aprendente desenvolve a capacidade de interrelacionar informações construindo e reconstruindo conhecimentos. (BACEGGA, 1997, P. 43).

A realidade, no entanto, tem demonstrado que é justamente no espaço escolar onde se propicia a vivência das primeiras experiências que se configuram na exclusão, aonde pelo preconceito e o estigma, a baixa autoestima vai se construindo aos olhos desatentos da instituição social que deveria por obrigação, estar vigilante no sentido de instrumentalizar tanto aqueles que estigmatizam quanto àqueles que se subjugam à estigmatização. A isso ELLIAS (2000), ao estudar a comunidade de Winston Parva em “Estabelecidos e Outsiders”, sistematizou como sendo uma construção social de à auto-representação da legitimidade social de um grupo que se reconhece superior a outro.

A sócio-dinâmica da estigmatização analisada pelo autor se dá por meio de várias formas de distinção, conceituado num formato específica constituído por dois ou mais grupos sociais. A análise não se fixa apenas nas interações entre indivíduos, mas inclui os grupos sociais. Em Os estabelecidos e os Outsiders, as relações sociais assumem um contexto claramente conflituoso nos contatos sociais profissionais ou não, apresenta também outras restrições, exclusões, ou seja, discriminações.

O preconceito social, segundo ele, evidencia desprezo profundo de um conjunto de pessoas ou indivíduo. Seu estudo compreende a busca do limiar deste desprezo na natureza da personalidade, assim o preconceito seria uma concepção

psicológica, apresentando limites à pesquisa social e ao desvendamento das relações sociais.

Processo semelhante foi analisado por FREIRE (1987) em sua “Pedagogia do Oprimido” quando o autor avalia que os oprimidos trazem dentro de si a marca da opressão, e mais grave, é que nas relações entre si uma condição de poder sobre os menos favorecidos se torna ambiente fértil para o seu exercício como opressor, tal como se constata nas escolas que convivem com as diferenças sociais, a desigualdade vivida pelos usuários dos Programas sociais.

É nessa perspectiva que se analisa, no espaço escolar, a maneira cruel como às pessoas em melhor situação se posicionam sobre os menos favorecidos.

O opressor, embora tente amenizar sua condição de oprimir, explorar e violentar, com uma aparente generosidade não poderá se tornar libertador dos oprimidos. A libertação do oprimido deverá decorrer do próprio oprimido, quando da conscientização de sua situação, e assim lutar contra o desprezo contido na violência dos opressores. FREIRE (1987) denomina de Pedagogia do Oprimido, aquela construída com o oprimido e não para ele, que apresenta na sua essência a libertação e constante atualização.

Essas relações no âmbito da escola estão conformadas nas práticas sociais dos segmentos que formam o mundo adulto e o mundo das crianças. As crianças tendem a seguir o modelo de comportamento da família onde recebe a socialização primária, e neste aspecto, reproduzem os mesmos padrões seletivos de convivência social, nesse sentido é possível recorrer às explicações de Elias (200, p. 30) quando analisa o grupo de crianças e jovens da sua pesquisa em Winston Parva em Estabelecidos e Outsiders:

As crianças e adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitados, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas "respeitáveis" da "aldeia". Com um rigor e crueldade ainda maiores do que os reservados a seus pais, porque o "mau exemplo" que davam era uma ameaça às defesas dos jovens "respeitáveis" contra seus próprios impulsos internos de desregramento“

(ELIAS, 2000, p. 30).

Explicando melhor essa situação o autor aponta que a disputa por poder dentro dos grupos sociais envolve todos os membros da família e as famílias que conformam seu grupo de estabelecidos e de outsiders. A possibilidade eminente de que possa se dar uma inversão nessa correlação de forças faz com que todos os membros permaneçam vigilantes de forma que criam critérios para justificar e naturalizar o preconceito e o estigma sobre os grupos outsiders.

A superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem, algumas são materiais ou econômicas. Sob a influência de Marx, elas despertaram especial atenção. Estudá-las é, na maioria dos casos, indispensável à compreensão das relações estabelecidos-outsideers.

Mas elas não são as únicas vantagens auferidas pelo grupo estabelecido e muito poderoso em relação a um grupo outsider e de poder relativamente pequeno. Na relação entre Estabelecidos e Outsiders em Winston Parva, a busca de vantagens econômicas pelos primeiros desempenhava um papel ínfimo.

O porquê da resistência dos grupos estabelecidos reuniram em manter sua supremacia, quais vantagens somariam? Quais carências padecem os outsiders além da escassez de recursos financeiros? Embora os estudos se concentrem na comunidade suburbana, podem-se encontrar conflitos de ordem não econômica entre grupos Estabelecidos e Outsiders.

Mesmo quando a luta por recursos econômicos é o objetivo principal, há outras disputas em jogo além das discussões financeiras. Quanto menos se evidencia o desequilíbrio econômico entre os contendores e estabelecidos, tornam-se mais visíveis outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos.

Quando se encontram em grau de subsistência e o único objetivo é a sobrevivência, toda renda dos outsiders se destina à satisfação das necessidades, que mais os afligem, essa condição ativa e corrobora o sentimento de inferioridade social. Quando conseguem superar essa condição, sua renda se destina a suprir outros anseios humanos e não somente que promovem o sofrimento de inferioridade de poder e de status.

E é nessa situação que a luta entre os estabelecidos com os outsiders deixa de ser, por parte destes últimos, uma simples luta

para aplacar a fome, para obter os meios de subsistência física, e se transforma numa luta para satisfazer também outras aspirações humanas. (ELLIAS, 2000, p. 33)

O embate de objetivos entre os estabelecido e outsiders se apresenta, no momento em que o segundo prioriza a satisfação da fome, e a preservação do declínio físico, quando atender outras necessidades se torna improvável. Essa realidade representada pelos outsiders ocorre até hoje, pois o crescimento populacional se equipara a desigualdade na distribuição de renda, e os conflitos entre nações, bem como a indiferença dos setores poderosos, impede a tomada de decisões e ações efetivas para o rompimento dessa flagelação humana, sem se atentarem para o efeito bumerangue que tal inércia.

Marx delineou uma realidade ao indicar a desigualdade na distribuição dos meios de produção, logo para a distribuição desigual dos meios necessários à satisfação das necessidades materiais humanas. No entanto essa não é a expressão total da verdade, visto que para Marx aponta como causa de conflitos entre abastados e pobres, questões de ordem econômica, como o acesso a quantidade suficiente de alimentos para a sobrevivência.

E mesmo hoje tais metas econômicas continuam a serem buscadas, alcançando alto grau de importância na vida de muitas pessoas, mesmo diante do caráter ambíguo e flexível que o termo econômico apresenta, outras aspirações perdem sentido e relevância. (ELLIAS, 2000)

Se do ponto de vista das relações entre os pares na escola, se estabelece pela desigualdade social uma indiferença, um preconceito e o estigma, mesmo que pertençam a um mesmo bairro, uma mesma escola, etc, do ponto de vista da estrutura escolar a situação apenas recrudesce.

Situação que pode ser explicada lançando mão tanto de FREIRE (1987) ao criticar a escola reprodutivista que ele chama de escola bancária, quanto em BORDIEU (1992) que avalia que é possível perceber o papel social dessa instituição na reprodução dessa correlação de forças que se estabelece entre oprimidos e opressores, ou nos Estabelecidos e Outsiders de Ellias (2000).

Nogueira e Nogueira, ao analisarem os estudos de Bourdieu sobre a reprodução da estrutura de desigualdade e exclusão que se realiza na escola e pela escola sistematizam as análises do autor da seguinte forma:

Para as camadas dominadas, o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda da cultura Familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena (mesmo porque essa inculcação, como já se viu, seria prejudicada pela falta das condições necessárias à sua recepção), mas o reconhecimento, por parte dos membros dessa camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais. A reprodução e legitimação das desigualdades sociais propiciada pela escola não resultariam apenas, no entanto, da falta de uma bagagem cultural apropriada para a recepção da mensagem escolar. A escola valoriza e cobra não apenas o domínio de um conjunto de referências culturais e lingüísticas, mas, também, um modo específico de se relacionar com a cultura e o saber. (NOGUEIRA e NOGUEIRA 2002, p. 15)

Significa dizer que a escola não apenas naturaliza as diferenças como legítima pelo argumento da negação do modo de ser de estar e pensar o mundo dos excluídos o que no conjunto das relações serve de reforço para a perpetuação das desigualdades, ainda que de forma elementar os Programas sociais como o PBF tenham conseguido equilibrar.

Disso decorre que a escola não se compromete em desenvolver e empreender outros projetos que visem a promoção do equilíbrio de forças, que possibilitem às crianças em seu coletivo, se perceberem como iguais, como cidadãos que precisam ter um compromisso ativo com a promoção do bem coletivo, da justiça social e a cidadania de todos.

Ainda que mantida como um dos eixos da setorialidade, seu papel tem implicado apenas no cumprimento da discricionariedade de sua função no Programa de acompanhar e denunciar a frequência ou ausência das crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família. (PIRES, 2013).

A discussão sobre a efetividade da exigência de frequência escolar de crianças e jovens, em relação aos propósitos previstos no PBF, deve levar em conta também a qualidade dos serviços educacionais oferecidos no sistema de educação pública brasileiro. Como sugere Célia Kerstenetzky, “a efetividade das condicionalidades é, por sua

vez, condicional à disponibilidade e à qualidade dos serviços providos. Uma rápida avaliação dos serviços básicos de educação e saúde no Brasil evidencia, contudo, quão crítica é sua provisão". (PIRES, 2013, p.522)

Nesta perspectiva tem-se o aporte de outras instâncias que por caminhos distintos tem como compromisso princípios sociais convergem com os objetivos do Bolsa Família como uma possibilidade de construção de novos modelos de convivência social que não se pautem pela manutenção do modelo excludente mas, pela superação do preconceito e do estigma.

A emergência dessas iniciativas não pode prescindir da participação ativa da escola e dos demais membros da sociedade, visto que a cidadania ativa pressupõe esse compromisso com o coletivo, como esclarece Paixão:

Cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e ação que se pensa. (Paixão, 2000:15).

4.1 CONHECENDO O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA.

Diante da necessidade de ampliar o conhecimento sobre o cooperativismo e a natureza das sociedades cooperativas, devido dificuldades econômicas, apresentada por diversas cooperativas, o SICREDI, decide elaborar e divulgar materiais sobre cooperação e cooperativismo, bem como desenvolver Programas de cooperativismo nas escolas, com o propósito de apresentar assim como sensibilizar crianças e jovens sobre o tema, com objetivo maior de disseminar o cooperativismo como forma de desenvolvimento.

Pesquisas realizadas, no Brasil e exterior junto à corporação com característica de cooperativismo, foram identificadas iniciativas sobre questões pontuais acerca de cooperativismo, no entanto nenhum Programa específico que contempla as necessidades percebidas pelas cooperativas.

Assim em 27 de janeiro de 1994 surge à idéia conceitual do Programa A União Faz a Vida, com cronograma inicial aprovado pelo Conselho de Administração da Cooperativa Central de Crédito do RS, o qual serviria de baliza para a implantação do o projeto piloto no município de Santo Cristo/RS.

A partir daí, o Programa semeou suas sementes que brotaram e se multiplicaram, somando ao Programa novos educadores e instituições de ensino superior que contribuíram com a adesão de novos municípios e novos estados.

Os princípios norteadores do Programa A União Faz a Vida são, cooperação e cidadania, tais premissas, orienta o Programa e projetam sua visão de mundo e a compreensão sobre o modo de organização econômica e social que deseja reafirmar.

Assim é imperioso que os envolvidos no Programa incorporem e assimilem tais princípios no seu cotidiano, pois o Programa acredita que a apropriação de novas posturas e atitudes só ocorre quando elas são vivenciadas no dia-a-dia.

Segundo o Programa trabalhar essa concepção nos ambientes educacionais implica em exercitar e reforçar as práticas de convivência, inserindo-as ao cotidiano das crianças e adolescentes, propicia que reconheçam o outro como semelhante, como copartícipe na busca de soluções de problemas referentes à vida cotidiana, assim como promover o incentivo ao diálogo, pois a interação garante espaço para contradições e complementaridades inerentes ao ambiente educativo, a cooperação como forma de construção social do conhecimento, valorizando a comunicação, reconhecida elo entre os indivíduos e os objetos de conhecimento.

Posto isso é possível entender que promover à cooperação e diálogo entre atores que compreendem o mesmo grupo social é crucial, pois, tais ações, permitem lidar com conflitos emergentes, além de se apresentarem podem como experiências mediadoras que possibilitam a construção de comportamentos solidários, especialmente quando se idealiza uma educação abrangente, envolvendo a comunidade, quando se pensa numa educação que investe na formação de consciência coletiva democrática.

Assim para o Programa as atividades cooperativas devem ser cuidadosamente pensadas e planejadas, visto que as bases teóricas do Programa apresentam caráter transformador ao buscar harmonizar as relações sociais

estimulando a ajuda mútua, ações simples, segundo o Programa, mas com grande impacto sobre a vida social institucional.

Dito isto, é importante mencionar os benefícios apresentados pelo Programa:

1. Investe nas crianças e adolescentes para que, no futuro, sejam cidadãos capazes de empreender e construir, coletivamente, alternativas de desenvolvimento econômico, sócio-ambiental e cultural.

2. Fortalece os valores da cooperação e da cidadania.

3. Investe na educação continuada dos educadores.

4. Estimula a participação ativa dos pais e da comunidade na educação das crianças e adolescentes do município.

5. Desenvolve projetos cooperativos voltados para as comunidades.

6. Gera recursos para a comunidade escolar.

O Ponto de partida para início dos trabalhos é a valorização das crianças e dos adolescentes e sua formação, onde a acumulação de conhecimentos não é o fator mais relevante e sim a o processo de construção dos conhecimentos.

A Justificativa é a busca do equilíbrio pessoal e a harmonia social, que supera o simples acúmulo de conhecimento, e é a partir dessa perspectiva que as crianças e os adolescentes passam a ser o centro da atenção pedagógica.

O que se espera, de fato, dessa perspectiva, é que os processos formativos possam viabilizar o profundo desejo de conhecer. Significa, novamente, que as ações cooperativas possam ajudar a constituir ambientes educacionais democráticos, capazes de formar pessoas autônomas para decidirem o seu destino pessoal e coletivo. (CONHECENDO O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA, 2008, P. 08).

É por meio de projetos coletivos alinhados com o objetivo do Programa A União Faz a Vida, desenvolvidos pela rede de cooperação que contempla: comunidade escolar, colaboradores e comunidade de aprendizagem, que o Programa se realiza.

De posse das orientações obtidas nas capacitações assim como materiais didáticos, ofertados pelo Programa, o professor inicia seus trabalhos com os alunos a partir da escolha do tema, este é o ponto de partida para a definição do projeto.

A gênese do tema pode partir de conhecimentos curriculares ou não, pode advir de discussões acerca de temas da atualidade, de expedições investigativas⁴ ou de problemas propostos pelos educadores

Definida as escolhas, o professor estimula a prática de outras competências necessárias para a efetivação de projetos, pois realizar um projeto implica em configurar metas, se empenhar no alcance de resultados, trabalhar recursos. “Em outros termos, o projeto é uma proposição singular da equação pedagógica porque compõe seus diversos elementos – sujeitos, tempos, espaços e objetos de conhecimento – para alcançar as aprendizagens esperadas”. (Programa A União Faz a Vida: vivenciando trajetórias, 2008).

O Programa aponta três momentos distintos para a realização de um projeto: O inicial, o formativo e o final. O inicial diz respeito a uma sondagem sobre o as crianças e adolescentes sabem sobre o tema, hipóteses e referências, feito isso o tema é escolhido, nesse momento os educandos são estimulados a se comunicarem, descobrindo o que sabem sobre o tema.

Essa conduta possibilita às crianças, aos adolescentes, bem como aos educadores identificar os conhecimentos já estabelecidos e aqueles que devem ser possibilitados por meio da ação pedagógica.

O formativo refere-se a organização das questões levantadas pelo grupo e que deverão ser respondidas por meio de pesquisas individuais e/ou grupais; palestras, visitas a instituições, apreciação de vídeos etc., sempre relacionando ao tema. Essa etapa motiva as crianças, os adolescentes e os educadores a buscar conhecimentos que ainda não têm.

⁴ As expedições investigativas têm por finalidade de identificar e ressignificar os territórios nos quais crianças e adolescentes residem, circulam, aprendem, se divertem, consomem e convivem, de maneira a mapear as potencialidades do local, de seus habitantes, promovendo aprendizagens, possibilitando o prazer de descobrir e compreender, e ampliando as possibilidades de intervenções.(Programa A União Faz a Vida: vivenciando trajetórias cooperativas/Fundação SICREDI (coord.), Porto Alegre: Fundação SICREDI, 2008, 140 p. – (Coleção de Educação Cooperativa; v. 2, p.40))

Por fim, este estágio permite a tomada de consciência das diversidades de saberes aprendidos e do que foi necessário para sua aquisição. Propiciam uma retrospectiva comparativa das expectativas iniciais de aprendizagem, com os níveis de aprendizagem atingidos no final do desenvolvimento do projeto, saberes que podem contemplar novos projetos.

Permite avaliar se as crianças e adolescentes são capazes de estabelecer novas relações entre os conhecimentos apropriados, a avaliação final é o fechamento do projeto. Viabiliza a fixação de novas metas e novos temas correlatos ao projeto desenvolvido, tendo em vista a ampliação ou o aprofundamento de temas propostos pelo grupo.

5. METODOLOGIA

Conforme ANDRADE (1997) uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc.

A opção pela pesquisa bibliográfica se deu pelo fato desta fornecer instrumentos que possibilite identificar e resolver problemas conhecidos, também permite que se explorem novas áreas onde eles não são reconhecidos ou compreendidos, além de possibilitar a análise do assunto sob uma nova perspectiva ou abordagem originando novas descobertas.

De acordo com ANDRADE, (1997) não existem regras fixas para a realização de pesquisas bibliográficas, mas algumas tarefas que a experiência demonstra serem importantes. Dessa forma, seguiu-se o seguinte roteiro de trabalho:

A- Exploração de fontes bibliográficas: livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisa entre outros, que constam não só informações sobre o Programa Bolsa Família ou somente sobre Projetos como o Programa A União Faz a Vida, 2008, mas indicações de outras fontes de pesquisa;

B- Leitura seletiva do material, retendo as partes essenciais para o desenvolvimento do estudo;

E- Conclusões: obtidas a partir da análise dos dados.

Da observação participante da realidade foi possível perceber como as crianças oriundas das famílias que vivem sob condição de pobreza, por sua vulnerabilidade são discriminadas pelas demais crianças.

Constatou-se que o fato de serem acompanhadas de maneira mais ostensiva quanto à sua frequência e ser de conhecimento das demais se tratarem de beneficiários do Programa Bolsa Família os estigmatiza e reforça os argumentos para a indiferença e o preconceito, nem sempre dito, mas percebido pelo coletivo da escola.

Também foi observado, que a condição de vulnerabilidade, fragiliza as crianças e as torna suscetíveis e submissas às condições de exclusão que lhes é atribuída, sem que encontrem forças para se contrapor a essa condição, embora, todas residam no mesmo bairro, estudem na mesma escola pública.

Outra constatação da observação da realidade foi a de que a escola não desenvolve por iniciativa de seu projeto pedagógico Programas de educação social que objetivem o desenvolvimento de uma cidadania plena, consciente do compromisso com o coletivo social.

Com base nestas observações definiu-se o problema do estudo que consistiu em saber quais as contribuições possíveis do aporte de outras instituições e de outros projetos educativos, para além do projeto regular de ensino dos conteúdos curriculares para a construção da cidadania plena?

Para isso primeiramente buscou-se na literatura as informações sobre como se formou historicamente a pobreza no Brasil na qual essas crianças que hoje convivem na escola são reflexos. Porque a sociedade e a escola reproduzem esses reflexos como elementos para a exclusão dessas pessoas que em sua fragilidade não encontram forças para superar o estigma e o preconceito.

Da análise dessa conformação da situação em que pobreza, desigualdade social, exclusão preconceito inviabilizam as condições necessárias à promoção dessas pessoas à condição de cidadãs, perpetuando uma situação ao longo da história se buscou trazer para a análise as lutas das classes oprimidas por uma intermediação do estado para a garantia dos preceitos constitucionais dos direitos de todos os cidadãos às condições básicas de vida digna. E nesse aspecto se

investigou as produções sobre as políticas públicas que visam estas garantias de direitos, em Programas de transferência de rendas como o PBF.

Este Programa que de forma contraditória contempla de forma abrangente diferentes Programas que em seu conjunto promovem a dignidade das famílias beneficiárias, propõe a ruptura com a reprodução da condição de vulnerabilidade pela promoção da educação e da formação para os trabalhos das gerações mais jovens, mas, que não alcança uma plena cidadania na medida em que essa, pressupõe uma vida em comunidade e, no entanto, tem sido o argumento mais contundente para que no âmbito da escola se configura como legítima a exclusão de seus usuários diante do preconceito dos demais.

A partir dessa análise se buscou delinear que outras possibilidades seriam viáveis no sentido de complementar o objetivo mais importante do PBF que consiste em possibilitar as pessoas uma vida digna em coletividade.

Nesse sentido o passo seguinte consistiu em analisar o Programa A União Faz A Vida, desenvolvido no Município de Jussara, na perspectiva de uma intersectorialidade formada pela iniciativa da sociedade civil organizada e as instituições do estado unindo os sujeitos da instituição escolar em uma atividade sistematizada visando a formação de cidadãos plenos. Dessas análises qualitativas dos textos, livros e artigos, Foi possível alcançar os resultados dessa pesquisa.

O trabalho desenvolvido foi estruturado na revisão bibliográfica, para tal foram utilizadas consultas literárias de dados obtidos por meio de livros, artigos, periódicos científicos, sites, como base da pesquisa, o uso desses recursos auxiliaram na construção das discussões que foram desenvolvidas ao longo do artigo para análise temática e objetivos reflexivos.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O PAPEL DO PROGRAMA SOCIAL EDUCATIVO A UNIÃO FAZ A VIDA, IMPLANTADO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE JUSSARA PARA OS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. O PROGRAMA NA PRÁTICA

O primeiro passo para a implantação do Programa, acontece quando a Cooperativa de Crédito do SICREDI e a comunidade escolar unem-se pelo interesse em desenvolver o Programa.

A capacitação da comunidade escolar para a elaboração dos trabalhos com projetos acontece através da formação continuada por meio de encontros orientados pelas Assessorias Pedagógicas, e intensificadas, no universo educacional do município, as práticas de cooperação e cidadania, expressas na Coleção de Educação Cooperativa do Programa A União Faz a Vida.

A continuidade do Programa se dá pela realização de projetos coletivos desenvolvidos pela rede de cooperação, alinhados com o objetivo do Programa A União Faz a Vida Construir que são: vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional, compreendendo o indivíduo como um ser único, indivisível, e em constante desenvolvimento, respeitando e conjugando as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e corporais dos envolvidos na relação ensino aprendizagem.

Aprendizagem, segundo VYGOTSKY (1984), é o produto da ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças, sendo um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento de acordo com o mesmo autor é o resultado da convivência social, pelo processo de socialização, e depende da aprendizagem no meio social, principalmente aquela sistematizada no meio escolar.

Considerando o conceito de aprendizagem e desenvolvimento proposto pelo autor e ainda que se considere aspectos não menos relevantes, relativos às variações no âmbito social, econômico e cultural, o ritmo do desenvolvimento psíquico de uma criança a partir da idade dos 6 anos, é marcada pela passagem da fase egocêntrica, na qual, para a criança “existe ainda alguma confusão entre ela e os outros” (WALLON, 1975).

A grosso modo é possível dizer que as criança a partir dos 6 e 7 anos de idade, são mais aptas à considerar os outros como parceiros capazes de estabelecer com ela relações de reciprocidade. Assim, as experiências coletivas auxiliam a transição de percepções subjetivas, típicas do egocentrismo, em favor do

reconhecimento do outro, da igualdade de direitos entre semelhantes, elementos fundamentais no estabelecimento de sentimentos de compromissos.

Assim, no interior dos grupos que se estabelecem na escola as experiências de cooperação, tornam-se possibilidades para o desenvolvimento da criança, entendendo que é por meio da ação cooperativa no interior dos grupos, que a criança compreende a si mesma e interioriza as normas que orientam as condutas que possibilitam a existência da vida social.

Em suma, o seu princípio ordenador é que possa expressar os interesses de conhecer dos educandos. Os conhecimentos não são, portanto, pré-fixados. Os projetos devem poder mobilizar a ação investigativa das crianças e dos adolescentes, estabelecendo um ambiente fértil para a troca de experiências e de saberes significativos para o grupo de atores sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, o que possibilitaria que barreiras sociais possam ser atenuadas e a frieza, própria da organização social competitiva, transformada.

As atividades desenvolvidas por meio dos projetos possibilitam que os alunos compreendam a realidade, pois eles escutam, levantam questões hipóteses, essas ações permitem ao aluno terem consciência sobre o que estão aprendendo, assim o conhecimento vai sendo construído e o trabalho realizado em grupos propicia a transferências de conhecimento que vão além dos limites escolares, procurando, pondo em evidência a realidade do aluno e sua cultura.

Assim o Programa A União Faz a Vida empreende a realização de projetos nas instituições escolares, e tem por objetivo: “construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional. (CONHECENDO O PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA, 2008, p. 09).

No Município de Jussara, especificamente na Rede de Ensino, o estímulo de práticas cooperativas por meios dos projetos do Programa A União Faz a Vida, condicionou possibilidades aos alunos de tomarem consciência, das práticas de ações pessoais contrárias ao bem coletivo e preceitos democráticos.

A participação nos projetos propicia experiência de reconhecimento recíproco, confiança mútua, elementos que se constituem na direção de interesses comuns. A experimentação de cooperação, entre os alunos, fornece elementos para mudança

de hábitos cotidianos, com ênfase na maior participação dos indivíduos, com vistas a construção de relações sociais equânimes e solidárias que possam expressar as aspirações comuns de uma comunidade.

Pode-se compreender que ações cooperativas possibilitam retirar os indivíduos do isolamento que a cultura pautada na competitividade impõe à vida cotidiana. Assim ao se envolver nos projetos, os alunos estabelecem efetivas relações dialógicas permitindo que indivíduos se reconheçam semelhante ao outro.

Desta forma, por meio do reconhecimento recíproco, as barreiras sociais podem enfrentadas e talvez superadas ao menos no espaço escolar, provendo os indivíduos de sensibilidade para naturalizar as diferenças de seus semelhantes e em conjunto buscar formas solidárias e justas de viver em grupo.

É importante destacar que o Programa promove a construção de comportamentos solidários por meio dos projetos desenvolvidos nas escolas do Município, pode-se entender que tais projetos são uma forma de organizar ações, para transformar uma determinada realidade social presente nas Instituições Escolares do Município de Jussara, o estigma e o preconceito vivenciados pelos beneficiários do PBF pela sua condição de vulnerabilidade.

Esses projetos por terem com base princípios de cooperação e cidadania tornaram-se instrumentos de articulação do reconhecimento dos alunos em condição de vulnerabilidade como atores sociais com direitos e deveres iguais aos demais.

Assim pode-se considerar que o Programa A União Faz a Vida se inscreve num horizonte de construção de direitos e afirmação cidadã. Sua ênfase é o desafio de formar cidadãos capazes de empreender e construir coletivamente, o que somente pode ser alcançado através da participação e do exercício da cidadania.

6.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE JUSSARA.

O Município de Jussara foi fundado patrimônio 1951, tornando-se município em 1955 desmembrado do município de Engenheiro Beltrão, a administração política do município é de caráter democrático participativo, de população estimada segundo dados do IBGE divulgados em 2010 é de 6.610 habitantes.

Destes, 5.924 reside na região urbana e 686 zona rural, distribuídos numa área de 2.481.601,50 hectares. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,718, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,)

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,835, seguida de Renda, com índice de 0,716, e de Educação, com índice de 0,619, a taxa de analfabetismo é baixa, 8,82%%. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL)

A renda per capita média de Jussara cresceu 124,13% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 307,01, em 1991, para R\$ 384,36, em 2000, e para R\$ 688,10, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,34%. (FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL,)

A taxa média anual de crescimento foi de 2,53%, entre 1991 e 2000, e 6,00%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 passou de 32,71%, em 1991, para 16,42%, em 2000, e para 4,05%, em 2010. (FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL)

A prestação dos serviços públicos no município é realizada pela administração municipal, através de órgãos e agentes públicos, os serviços de proteção social é de competência do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social,

O CRAS, oferta serviços e ações de proteção básica, com atendimento Integral à Família, objetivando a prevenção da ruptura dos vínculos Familiares e comunitários, oferta tratamento e assistência psicossocial, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios além do cadastramento e acompanhamento dos Programas de transferência de renda, como o BPC- Benefício de Prestação Continuada e PBF – Programa Bolsa Família composto pelo Benefício Básico, Benefício Variável, Benefício Variável à Gestante, Benefício Variável Nutriz, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância,

No município são atendidas 295 famílias pelo PBF, já o BPC benefício de Prestação Continuada atende 78 famílias, o CRAS tem como público prioritário em suas ações os beneficiários desses Programas, sendo importante destacar que o acompanhamento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa PBF é realizada de forma intersetorial, sob a coordenação do CRAS.

6.3 OS PROGRAMAS EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE JUSSARA. COMO APORTE PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE JUSSARA.

Dentro do contexto das políticas públicas está a educação, com natureza e características próprias, considerada como um dos principais pilares para o desenvolvimento de uma sociedade, sua efetividade implica no envolvimento e no comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino,

Assim os gestores responsáveis pela educação pública brasileira se vêem frente à necessidade de propor alternativas, Programas e projetos educacionais que possibilitem aos educandos, potencializar habilidades que desenvolvam o pensamento crítico a capacidade de questionar e intervir na realidade, desta forma Programas de cunho educacional é de fundamental relevância, posto que, cada qual, com o seu papel específico, trabalham na tentativa de minimizar as problemáticas que mais afetam a comunidade local, a fim de garantir desenvolvimento humano e social do cidadão.

A Rede de Ensino Municipal de Jussara é composta por três escolas, sendo uma de ensino fundamental fase I e dois CMEIs, um é de atendimento integral e oferta berçário, maternal e pré, outro CMEI oferta somente pré, a rede tem como premissa concretizar políticas educacionais que promovam valores humanos: como ética, respeito e tolerância, por meio dos Programas destinados aos alunos da rede, almejando desenvolver estratégias educativas voltadas para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização nas práticas de atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o

indivíduo possa reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social.

A Rede Municipal de ensino dispõe de uma clientela bastante diversificada, em termos dos aspectos sociais, econômicos e culturais, no total 735 alunos distribuídos em 03 escolas, nos âmbitos da Educação Infantil e Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, do total de alunos 232, pouco mais de 30%, são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Conscientes de que educação deve ser vista como um processo global, além do Programa A União Faz a Vida, a Rede Municipal de Ensino desenvolve outros Projetos: Projeto Oficinas: de Música, de Desenho e técnicas do grafite, de Dança e de Informática, desenvolvidos e implantados no nível de Ensino Fundamental Fase I, visto que a Instituição acredita que estas atividades desenvolvem a mente humana, promove o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, auxiliando na construção de questões reflexivas voltadas para o pensamento filosófico, melhora o desempenho na escola e na vida como um todo e geralmente apresentam notas mais elevadas quanto à aptidão escolar.

O PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas, em parceria com a Polícia Militar, somente para os alunos de 5º ano, cuja proposta é Impedir o uso e tráfico de drogas e todas as formas de violência, foca em crianças e adolescentes em idade escolar, orientando para o problema das drogas e da violência, a Rede também dispõe do Projeto Janelinha, implantado com parceria do Instituto Morena Rosa, que visa o atendimento odontológico preventivo e educativo para as crianças de 04 a 12 anos matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

Todos os programas desenvolvidos pela Rede são implantados como aporte pedagógico abrangendo aspectos importantes com objetivos educacionais, que complementa as políticas educacionais do Município de Jussara.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embate sobre a qualidade da educação atinge tanto os que nela estão inseridos como aqueles que não estão ou nunca estiveram. Assim o que fazer para

o enfrentamento de tal situação? Uma educação emancipadora, com vistas para a autonomia é uma saída já apontada pelo educador Paulo Freire (2001), porém, atuar de maneira responsável, afirmativa e profissional através da prática ou apoio a Projetos Sociais pode ser também uma delas.

Um caminho apresentado é articular educação com programas educativos de propósitos democráticos, solidários, éticos e humanizantes; que visa contribuir para uma nova formação social, através de ações planejadas e estruturadas que favorecem a participação efetiva de diferentes atores no envolvimento de ações mais responsáveis.

O objetivo principal do trabalho foi o de analisar a o papel do Programa de Educação Cooperativa A União Faz a Vida, implantado na Rede Escolar do Município de Jussara, no entanto esse trabalho não conseguir respostas definitivas.

Com o estudo teórico e embasamento conceitual, foi possível obter novas percepções, refletir sobre a ação do Programa, sobre a riqueza dos projetos, lançar um olhar diferenciado para questões como convivência no espaço escolar, as situações dos alunos vulneráveis, o interesse da comunidade e colaboradores ao participar dos projetos. Isso propiciou à aquisição de novos conhecimentos e a construção e desconstrução de alguns conceitos.

Não se podem negar os méritos do Programa A União Faz a Vida, visto seu alcance nacional, também por investir nas futuras gerações por acreditar que, dessa forma, contribuem para uma sociedade mais cooperativa e empreendedora. Nos ambientes educacionais possibilita condições para as práticas de convivência, também atua para que sejam inseridas no cotidiano das crianças e dos adolescentes.

Incentiva o trabalho de grupo cooperativo como instrumentos de aprendizagem, a cooperação, o diálogo e o comportamento solidário, por entender como um esforço educacional abrangente que envolve a comunidade crê numa educação que investe na formação de consciência coletiva e democrática.

No que se refere aos projetos desenvolvidos verificou-se um considerável grau de importância ao fomentar a práxis social, promover a participação dos pais nos projetos, e articular o envolvimento da comunidade no desenvolvimento destes.

Nos trabalhos com projetos há evidência de enfrentamento e superação de barreiras sociais, pode-se perceber uma crescente sensibilização dos alunos quanto as diferenças de seus semelhantes, além de se notar uma maior aproximação e aceitação dos mais vulneráveis pelos grupos mais abastados.

As opções metodológicas adotadas pelo Programa, a combinação das expedições investigativas e da metodologia de trabalho dos projetos, favorecem as aprendizagens sociais e escolares de crianças e adolescentes.

Esses pressupostos metodológicos devem ser compreendidos como o coração da proposta pedagógica defendida pelo Programa.

Se bem concretizados, tais aportes metodológicos dão o suporte necessário para que as aprendizagens dos valores de cooperação e de cidadania ocorram de modo satisfatório, constituem, por isso, poderosos aliados dos educadores em seu exercício profissional de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

Assim, a valorização da cooperação nos ambientes educacionais vai ao encontro de um projeto de uma nova sociedade, igualitária, justa e solidária. Nessa nova organização social a cooperação é valorizada e a competição suprimida em prol da identificação entre os indivíduos e, em última instância, em prol da própria vida humana.

No entanto Programas como o A União Faz a Vida não dão conta de resolver de forma efetiva os problemas apresentados por uma sociedade tão desigual como a nossa, no contexto da educação se faz necessário repensar e reconstruir o saber escolar redimensionando o papel do professor e do aluno, assim como de governos e da sociedade. Quanto à escola, esta deverá evoluir para um espaço de convivência, onde os conflitos sejam trabalhados e enfrentados e não camuflados.

Assim, os objetivos devem ser propostos a fim de contribuir para a aproximação da realidade ideal de homem e de sociedade justa e igualitária, em que os problemas precisam ser removidos, superados e solucionados.

8. REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

APPIO, Eduardo. **A ação civil pública no Estado Democrático de Direito**. Curitiba: Juruá Editora, 2005;

_____. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em 26/10/2016.

BACEGGA, M. A. **Educação e Tecnologia**: diminuindo as distâncias. In: KUPSTAS, M. (Org.). Comunicação em debate. São Paulo, Moderna, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 243-316.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CECCHINI, S. et al. **Desafíos de los Programas de transferencias con corresponsabilidad**: los casos de Guatemala, Honduras y Nicaragua. CEPAL-ASDI. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2009.

COBO, Bárbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

CODES, A.L.M. **A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. IPEA: Texto para Discussão n.1332, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 17/10/16.

Conhecendo o Programa A União Faz a Vida / Fundação SICREDI (coord.), Porto Alegre: Fundação SICREDI, 2008. 14 p. - (Coleção de Educação Cooperativa; v. 1).

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>>. Acesso em: 21/10 2016.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FERREIRA, N. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-Família/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>. Acesso em 27/07/2016

JUNQUEIRA, L. A. P. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. Revista Saúde e Sociedade, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização, Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo, Ed. Moderna, 1997.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu**: limites e contribuições. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

Programa A União Faz a Vida: **vivenciando trajetórias cooperativas**/Fundação SICREDI (coord.), Porto Alegre: Fundação SICREDI, 2008. 140 p. - (Coleção de Educação Cooperativa; v. 2)

RAICHELLIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de direitos de Assistência Social**: Caminhos para a construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

REIS, Carlos Nelson. **“A Relação Estado – Sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social”**. In: II Encontro Nacional de Economia Política. PUC/ São Paulo, 27 a 30/05/1997.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SANTOS, Natalia Navarro dos. **A Intersetorialidade como Modelo de Gestão das Políticas de Combate à Pobreza no Brasil**: O Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - 2011. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/>. Acesso em 26/10/2016.

SANTOS, W.G; COIMBRA, M.A. (orgs.) **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989, p.33-63.

SILVA, Maria O.S. **Desigualdade, pobreza e Programas de transferência de renda na América latina**. Editorial. São Luís. Revista de Políticas Públicas. V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.

_____. **O Bolsa Família; problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: v. 6. P. 1429, 2007.

SOUZA, Celina **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

_____. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. ano 8, n. 16, p. 20-45, Jul/Dez 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VILAS, Carlos M. **Seis Idéias falsas sobre a Globalização**. Estudos de Sociologia, Ano 3, n.6, 1999, p. 21-61.

Programa A União Faz a Vida: vivenciando trajetórias cooperativas/Fundação SICREDI (coord.), Porto Alegre: Fundação SICREDI, 2008. 140 p. - (Coleção de Educação Cooperativa; v. 2).

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.